



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 92

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1986

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 150.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Inauguração pelo Prefeito de Itu-SP, Sr. Lázaro José Pionti, de uma olaria municipal.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Medidas econômicas adotadas recentemente pelo Governo.

DEPUTADO AMARAL NETTO — Obstrução a ser exercida pela Bancada do PDS, como protesto pelas alterações introduzidas no Plano Cruzado.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA, como Líder — Reforma do Plano Cruzado.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS, como Líder — Observações sobre o posicionamento de seu antecessor na tribuna. Apelo às lideranças partidárias em favor da inclusão em Ordem do Dia de requerimento de urgência para o projeto de lei que cria o Estado do Tocantins.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei n.º 2/86-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1987/1989, nas seguintes partes:

— Subanexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Subanexo Poder Legislativo — Senado Federal. **Apreciação adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Subanexo Poder Legislativo — Tribunal de Contas da União. **Apreciação adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Subanexo Poder Judiciário — **Apreciação adiada** em virtude de falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Subanexo Poder Executivo — Presidência da República. **Apreciação adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Aeronáutica. **Apreciação adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Agricultura. **Votação adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério das Comunicações. **Apreciação adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Educação. **Apreciação adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Exército. **Apreciação adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Fazenda. **Apreciação adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio. **Apreciação adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (Parte Geral, Fundação Projeto Rondon, FUNAI e Territórios). **Apreciação adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDENE, SUDECO e SUDESUL). **Apreciação adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.3.1 — Comunicação da Presidência
Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, as 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 151.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1986

2.1 — Abertura

2.2 — Expediente

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CACILDO MALDANER — Medidas econômicas adotadas pelo Governo.

DEPUTADO ERANI MILLER — Reforma econômica. Realização, em Brasília, do I Congresso Nacional de Mulheres Rurais.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Primeiro Ciclo de Debates da Associação Nacional dos Assistentes Jurídicos da União, a realizar-se proxima-mente em Brasília.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Reforma do Plano Cruzado.

DEPUTADO WALMOR DE LUCA — Defesa das medidas econômicas adotadas pelo Governo.

DEPUTADO DJALMA BOM — Críticas as mudanças econômicas decretadas pelo Governo.

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder — Observações sobre o discurso do Sr. Walmor de Luca, proferido na presente sessão. Pacote econômico decretado pelo Governo.

2.2.2 — Comunicação da Presidência
Aprovação, por decurso de prazo, do Decreto-lei n.º 2.187, de 1986.

2.3 — ORDEM DO DIA
Projeto de Lei n.º 3, de 1986-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da união para o exercício financeiro de 1987, nas seguintes partes:

— Subanexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados. **Aprovado**, após usar da palavra na sua discussão a Sra. Irma Passoni. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Legislativo — Senado Federal. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Legislativo — Tribunal de Contas da União. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Judiciário. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Aeronáutica. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Agricultura. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério das Comunicações. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Educação. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Exército. **Aprovado**. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Fazenda. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (Parte Geral, Fundação Projeto Rondon, FUNAI e Territórios). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDENE, SUDECO e SUDESUL). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDAM e SUFRAMA). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Marinha. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério das Minas e Energia. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Previdência e Assistência Social. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Saúde. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Trabalho. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes (Parte Geral, PORTOBRÁS, Empresa de Navegação da Amazônia, Cia da Navegação do São Francisco, Cia de Navegação da Bacia do Prata). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes (RFF, DNER, GEIPOT, Companhia Brasileira de Trens Urbanos e Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Cultura. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Apro-**

vado. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Ciência e Tecnologia. **Aprovado,** após usar da palavra o Sr. Roberto Campos. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Reserva de Contingência. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Presidência da República. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Encargos Gerais, Encargos Financeiros e Encargos Previdenciários da União. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Anexo Receita e Texto da Lei. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

2.3.1 — Leitura de parecer

Redação final do Projeto de Lei n.º 3/86-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1987.

2.3.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 50 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 152.ª SESSÃO CONJUNTA, EM

25 DE NOVEMBRO DE 1986

3.1 — ABERTURA

3.2 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei n.º 2/86-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1987/1989, nas seguintes partes:

— Subanexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Legislativo — Senado Federal. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Legislativo — Tribunal de Contas da União. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Judiciário. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Presidência da República. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Aeronáutica. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Agricultura. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério das Comunicações. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Educação. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Exército. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Fazenda. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (Parte Geral, Fundação Projeto Rondon, Funai e Territórios). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDENE, SUDECO e SUDESUL). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDAM e SUPRAMA). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Marinha. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério das Minas e Energia. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Saúde. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Trabalho. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes (Parte Geral, PORTOBRAS, Empresas de Navegação da Amazônia S/A, Companhia de Navegação do São Francisco e Serviço de Navegação da Bacia do Prata). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes (RFF, DNER, GEIPOT, Companhia Brasileira de Trens Urbanos, Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre). **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Cultura. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Ciência e Tecnologia. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Encargos Gerais, Encargos Financeiros e Encargos Previdenciários da União. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

— Anexo Receita e Texto da Lei. **Aprovado.** À Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

3.2.1 — Leitura de Parecer

Redação Final do Projeto de Lei n.º 2, de 1986-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1987/1989.

3.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 7 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ENCERRAMENTO

4 — ATA DA 153.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1986

4.1 — ABERTURA

4.2 — ORDEM DO DIA

— Mensagem Presidencial n.º 44/86-CN (n.º 16/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.188, de 26 de dezembro de 1984, que institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Médico-Veterinária no Ministério da Agricultura e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Mensagem Presidencial n.º 46/86-CN (n.º 17/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.189, de 26 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a transformação de gratificação deferida aos Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Mensagem Presidencial n.º 49/86-CN (n.º 18/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.190, de 26 de dezembro de 1984, que dispõe sobre novos percentuais da Gratificação de Representação de atividade Diplomática, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Mensagem Presidencial n.º 51/86-CN (n.º 19/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.191, de 26 de dezembro de 1984, que altera o Decreto-lei n.º 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

4.2.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

4.3 — ENCERRAMENTO.

Ata da 150.ª Sessão Conjunta, em 25 de novembro de 1986

4.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Odaírc Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — Afonso Sancho — Moacyr Duarte — Martins Filho — Maurício Leite — José Urbano — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Alaor Coutinho — Luiz Viana — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Mata-Machado — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Muller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Arnor Damiani — Ivan Bonato — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Geraldo Fleming — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wily Vianna — PMDB.

Amazonas

José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL; Rândolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Francisco Sales — PMDB; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Benedicto Monteiro — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil — PMDB; João Augusto — PFL; João Marques — PMDB; Lúcia Viveiros — PFL; Sebastião Curio — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PFL; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapyt Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Juracy Palhano — PDC; Octacílio Queiroz — PMDB; Paulo Xavier — PFL.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PMB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PSC.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PMDB; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PTB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soa-

res — PDT; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PFL; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PMDB; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PFL; João Alves — PFL; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PMDB; Leur Lomanto — PFL; Prisco Viana — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Ruy Bacelar — PMDB; Vasco Neto — PSC.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PFL; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PFL; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Aroldo de Oliveira — PFL; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PMDB; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Mac-Dowell Leite de Castro — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PFL; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDT.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PSB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Sílvio Abreu — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Estevam Galvão — PFL; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PPB; Flávio Birrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite —

PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PDC; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Ivo Ambrósio — PL; Jonas Pinheiro — PFL; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martínez — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL; Maurício Fruet — PMDB; Nelson Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PSC; Otávio Cesário — PFL; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PFL; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Fernando Bastos — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Nelson Morro — PFL; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PFL; Pedro Colin — PFL; Saturnino Dadan — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Erani Müller — PMDB; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 46 Senhores Senadores e 255 Senhores Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a Sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves Comunicações.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a crise da construção civil, decorrente do crescimento da demanda de imóveis e da falta de material e mão-de-obra qualificada, tem um dos seus pontos de estrangulamento na escassez de fornecimento do material de alvenaria, quando as olarias do País, trabalhando na sua capacidade total instalada, não conseguem atender às encomendas.

Diante disso, impõe-se as próprias municipalidades sigam o exemplo de Itu, onde a escassez e o alto custo dos tijolos levaram o dinâmico Prefeito Lázaro José Piunti a inaugurar, na última semana, a Olaria Municipal, com capacidade para produzir de quarenta a cinquenta mil tijolos por mês, com mão-de-obra da própria Prefeitura.

A municipalidade aproveitou uma velha olaria, pertencente à Caixa Beneficente do Hospital Francisco Ribeiro Arantes, que abriga hansenianos, para colocar em prática o projeto de dar à Prefeitura autonomia na fabricação de tijolos.

Explicando sua iniciativa, salientou o esclarecido Prefeito Lázaro José Piunti:

“A dependência da produção de terceiros, nesse período de escassez de tijolos, e o alto custo nos levaram a optar pela Olaria Municipal. Entramos em contato com a direção da Caixa Beneficente e a direção do hospital e firmamos um contrato para explorar a olaria, por arrendamento, até dezembro de 1988. Foi um bom negócio para a entidade que assiste os hansenianos, a qual receberá quatro salários mínimos por mês pelo arrendamento, e bom também para a Prefeitura, que gastará muito menos na compra de material para as obras municipais.”

A olaria já está em franca operação, supervisionado os trabalhos pelos pedreiros da Universidade do Trabalho, outra criação do Prefeito José Piunti. Como a lenha necessária para a queima dos tijolos está sendo doada pela Unidade do Exército aquartelada em Itu, o custo de produção é praticamente nulo, com uma economia de aproximadamente trinta mil cruzados por mês. Os tijolos produzidos serão inicialmente, utilizados em obra municipais e, posteriormente, empregados na construção de setenta casas populares, edificadas através de convênio com a Companhia de Desenvolvimento de Habitação do Estado.

A iniciativa é digna de todos os louvores, revelando o quanto pode a imaginação orientada para a melhor solução dos problemas da comunidade.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB) — RS. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não gostaríamos, neste momento, de entrar na análise do mérito e do próprio conteúdo das medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal. Até porque estamos faticamente impedidos de estabelecer o diálogo, a discussão, a análise e, inclusive, de encontrar meios e formas para explicá-las.

Num primeiro momento, até se poderia dizer que as medidas seriam necessárias, embora duras e sacrificiais. Antes de mais nada, porém, o que se estranha — e aí está, exatamente, a questão fundamental — é o modo como foram apresentadas à Nação. A repetição permanente da utilização de decretos-leis, a inexistência de quaisquer debates e análises prévios, tanto por parte da sociedade quanto do próprio partido que dá sustentação ao Governo, coloca-nos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, diante da necessidade de fazer ver ao Governo que ainda apoiamos — e o fazemos de modo permanente e consistente nesse processo eleitoral —, que esse tipo de expediente não se pode repetir. A sociedade não pode mais receber iniciativas dessa ordem, sem análise, sem debate, sem consulta. Seria até mesmo necessário, no instante em que um conjunto de providências mais duras e sacrificiais precisa ser adotado, quando novas lideranças emergem na sociedade brasileira, em que governadores são eleitos em todo

o País, que as autoridades econômicas fizessem ampla exposição de tais medidas e as expusessem ao debate crítico. Após isso, então, não obstante a dureza e o sacrifício nelas contidos, poderiam ser absorvidas pela própria opinião pública e pelo partido que dá sustentação ao Governo.

A sociedade brasileira já demonstrou seu potencial de abnegação e de enorme desprendimento. Quando foi criado o empréstimo compulsório, com todo o ônus nele implícito, a classe média brasileira continuou dando apoio ao Plano Cruzado, entendendo ser esse o caminho para a concretização das mudanças e reformas econômicas e sociais no País. A propósito, o recado que emana das urnas é o de que o Governo da Nova República deve permanecer buscando mudanças, deve aprofundar as reformas econômicas e sociais, sem, contudo, em hipótese alguma, viciar-se no expediente autoritário de decreto-lei e da absoluta inexistência da consulta prévia, do debate, da discussão.

De início, quando se estabeleceu o congelamento de preços, o expediente do decreto-lei foi até aceitável, uma vez que não se debate o congelamento, faz-se o congelamento. Mas, agora, quando das medidas corretivas, dos ajustes que vão sendo adotados ao longo do processo, o debate não é mais um ingrediente dispensável; ao contrário, a discussão política, a discussão social é um componente imprescindível no processo de mudanças e de reformas econômicas que estamos implantando na vida brasileira.

Nesse sentido, Sr. Presidente devo dizer que é possível até concordar com o conteúdo das medidas: o difícil é aceitar a forma como foram encaminhadas e apresentadas à sociedade brasileira. Não se entende, por exemplo, que empresas estatais tenham seus problemas resolvidos com sua simples extinção. Uma empresa estatal pode ganhar eficiência e modernidade sem que levada à extinção. O mal deste País não é a estatização da sua economia; o mal deste País é o fato de que o processo de estatização não se deu o controle democrático da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Amaral Netto.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, no dia em que foi decretado o novo pacote fui convocado, com muito prazer e honra, a ir a casa do Presidente Ulysses Guimarães para um encontro com o Deputado Pimenta da Veiga e José Lourenço, líderes do Governo na Câmara dos Deputados. E ali propuseram, como seria normal fazer, um acordo para votação de vários projetos de interesse do Governo que estão praticamente parados desde agosto. Em princípio, concordei em examinar esses projetos e até ontem ainda permanecia com a idéia de aceitar um acordo, desde que fossem aceitas nossas condições também. Mas a partir de hoje, Sr. Presidente, quando fica visível a chantagem eleitoral praticada em 15 de novembro, com o povo brasileiro sofrendo um verdadeiro estelionato político cinco dias depois das eleições, isso não me permite mais votar coisa alguma nesta Casa, a não ser, na Câmara ou no Congresso, aquilo que diga respeito a preceito constitucional, ao qual estou obrigado. Fora isso, Sr. Presidente, o PDS não dará número para coisa alguma.

Os donos do pacote, aqueles que agora cavalgaram o povo brasileiro, meterem-lhe a chibata e a esposa, esses que venham para cá e deem número para votar tudo isso. Se o Sr. Presidente Sarney quer, meio à desgraça desse povo que ele infelicitou com essa vergonha "Funaresca", ir à Índia e à França, que baixe um decreto-lei autoconcedendo-se a licença. Mas não o peça a nós, uma Casa desmoralizada como esta agora — e peço a V. Ex.^a Sr. Presidente, que encare seriamente o que estou dizendo. Este Congresso foi jogado ao lixo junto com o povo. Dos decretos-leis publicados ontem no "Diário Oficial", dia 14 provei, desta tribuna, que só dois são constitucionais; os outros doze são piores do que os decretos-leis baixados pela ditadura militar, como sempre a ela se referem os Deputados e Senadores do PMDB.

Sr. Presidente, por isso, no início desta sessão do Congresso, quero deixar claro a V. Ex.^a que a bancada do PDS não dará número para nada. Os donos do pacote

que venham para cá e votem, assumam diante do povo a responsabilidade desta vergonha.

E hoje, quando li nos jornais o que vai acontecer com os inquilinos, pensei, Sr. Presidente, no quanto este Governo terá de gastar com avião para pôr Deputados aqui dentro até terminar esta legislatura; vai ter de comprar gente na própria Constituição. Porque duvido que aqueles homens do PMDB, que aqui lutaram pela democratização e pela defesa dos direitos do povo, que enchiam a boca para dizer que a sociedade deve ser ouvida, deem respaldo ao que se está fazendo. Sabe V. Ex.^a que hoje acabaram de soltar a raposa no galinheiro. Decretaram que os alugueiros, a partir de março de 1987, só poderão vigorar com uma conciliação entre proprietário e inquilinos, num acordo sem limitação. Isto é uma canalhice com esse povo que foi iludido, tapeado, ludibriado e que, pudesse, agora deselegeria todos os Governadores, Deputados e Senadores que defenderam esse Plano Cruzado. Esta é a verdade.

Portanto, esta pequena bancada do PDS, ainda mais reduzida pela chantagem eleitoral e pelo estelionato político, com sessenta e nove Deputados e ainda com muitos Senadores até o fim desta legislatura, não dará voto algum àqueles que pertencem ao pacote. Aqueles que o fizeram com o Presidente que assumam a responsabilidade de dar a S. Ex.^a aquilo de que precisa. Se o Presidente quer viajar, que baixe um decreto-lei, dizendo: "Eu, José Sarney, autorizo José Sarney a viajar." Mas, com nosso aval, não vai nem à China.

O Sr. José Fogaça — Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça para uma Comunicação de Liderança.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tivemos nas urnas, no dia 15 de novembro, uma ampla, poderosa e maciça manifestação do povo brasileiro. O povo brasileiro, num recado muito simples e direto, disse: "Aqueles que estão mudando o Brasil devem ir em frente. Há muitos erros, há muitos problemas, há muitas injustiças, há muitas dificuldades, há muitos obstáculos a serem vencidos, mas sigam em frente que este é o caminho, e a sociedade brasileira está com vocês".

Não tenho dúvida; tenho absoluta convicção de que este foi o recado que emanou, que emergiu das urnas. O povo brasileiro deseja que o Governo da Nova República, que o Governo do PMDB avance no aprofundamento das reformas sociais. Mas também não tenho dúvida de que esse mesmo povo não deseja retrocessos, não deseja a utilização permanente de instrumentos autoritários, não deseja que o Governo fique alegre com a utilização do decreto-lei; deseja, sim, que este Governo passe a adotar mecanismos inteiramente democráticos; tal como sempre defendeu. Igualmente, não tenho dúvida de que, se alguém carece de autoridade para fazer crítica a este Governo, este é o PDS, Partido Democrático Social. O PDS é um partido que está entrando para o cemitério político da história deste País; partido que está sendo submetido a um processo de extinção pela via das urnas, pela via da manifestação popular.

Não se podem alegar princípios democráticos para combater o atual Governo, porque o PDS, pelo seu passado, pela sua história, pelo seu atrelamento ao regime autoritário que levamos à extinção, é a própria antinomia do processo democrático. Isso ficou como um veredito, como uma sentença irreversível das urnas.

Portanto, com todo o respeito ao Sr. Líder do PDS, o que queremos dizer é que o Plano Cruzado conta com o apoio maciço e inegável do povo brasileiro. A Nação e a sociedade estão aglutinadas em torno do Governo da Nova República. Há uma consciência cívica coletiva de que essas reformas têm que prosseguir, têm que caminhar para a frente. A ocorrência deste último pacote e destes ajustes, pela forma como foram divulgadas e apresentadas à sociedade brasileira, para nós constitui apenas um acidente de percurso, que não chega a inviabilizar o projeto central do Plano Cruzado. Isto não significa a derrubada do congelamento de preços. Os nossos mandatos, a nossa representatividade,

a expressão política nacional do PMDB, partido de dimensões continentais, continuam a serviço dessas reformas, a serviço da manutenção do congelamento, na defesa radical do Plano Cruzado e do seu aprofundamento. As medidas que foram tomadas são até mesmo, preservá-lo, para que ele possa continuar, caminhar.

Agora, o Líder do PDS vir a esta tribuna, Sr. Presidente, e dizer que os seus Deputados e Senadores não comparecerão a nenhuma votação de projeto de interesse do Governo, para nós, isso também não constitui matéria de espanto, nem de surpresa, porque o PDS foi um partido useiro e vezeiro, ao longo de sua história, desde o seu nascimento, do atifício de mandar seus Deputados se esconderem nos banheiros, ou nos gabinetes ou fugirem para os corredores, a fim de aprovar por decurso de prazo os decretos-leis impostos a esta Nação para arrochar salários, para decretar a pobreza nacional e para servir às multinacionais e à especulação financeira.

Portanto, Sr. Presidente, quando o Líder do PDS nesta Casa fala em chibata, em espora e em canalhice do Governo, na verdade muito me espanta, porque é o mesmo que ver alguém falando de corda na casa de enforcado. O PDS foi quem mais utilizou da chibata, é quem conhece a espora e foi o partido que praticou as canalhices dos Decretos n.ºs 2.045, 2.012, 2.064 e 2.065, todos ele assinados pelo ex-Ministro Delfim Netto contra o povo brasileiro. E o PDS sempre teve a mesma atitude, ou seja, a de se esconder nos banheiros para permitir a aprovação desses decretos-leis por decurso de prazo.

Portanto, Sr. Presidente, não posso aceitar a forma como o Líder do PDS coloca a questão da aprovação de projetos nesta Casa. A meu ver, essa é uma atitude irresponsável, inconsequente, que corre na contra mão dos interesses maiores da sociedade brasileira. É uma atitude individualista e egoísta, que não serve hoje aos objetivos maiores que congregam toda a Nação.

Esta Nação quer sair do caos econômico, quer libertar-se da situação de estagnação social, de recessão, de desemprego, de fome e de miséria a que foi submetida por uma brutal ditadura militar. O que estamos recuperando neste País é a possibilidade de voltar a crescer, de voltar a produzir. O povo está comendo mais. Existem vinte milhões de novos consumidores comprando neste País, e isto tem de ser respeitado. Esta é uma realidade que foi maciçamente apoiada e amplamente reconhecida nas urnas.

Portanto, quando o Líder do PDS fala em chibata e em espora, na verdade é o mesmo que vermos — repito — alguém falando de corda na casa de enforcado.

O Sr. Siqueira Campos — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acabo de ouvir o Líder do PDS, Deputado Amaral Netto, e o Líder do PMDB, Deputado José Fogaça, Senador eleito pelo Rio Grande do Sul. E foi como assistir a uma reprise: o PMDB, hoje, se utiliza do mesmo expediente que alguns líderes do meu ex-partido usavam, quando estavam no Governo e eram maioria. O Deputado José Fogaça tenta esconder a realidade e o engodo, tenta esconder aquilo que prejudica o povo e que eles, do PMDB, com palavras tão bonitas, apresentam como vantagem para a população. O Líder do PDS, que sempre foi um timoneiro, posicionando-se contra o autoritarismo e contra todas as formas de imposição — embora o PDS — é um democrata provado nas lutas. É um político que vem da Oposição — há mais de 30 anos nela atuando —, uma força libertária, sempre lutando contra as forças opressoras, até de seu próprio Partido.

Quero, entretanto, dizer ao nobre Deputado José Fogaça que há peemedebistas e peemedebistas, pedessistas e pedessistas. Não vamos colocar as coisas como pretende S. Ex.^a Acredito que o Presidente José Sarney seja bem-intencionado, mas vem sendo pressionado por determinadas forças da área econômica, que impõem ao seu Governo e à Nação providências altamente impopulares e prejudiciais à vida do brasileiro, principal-

mente da classe média — que tende a desaparecer, a prosseguirem medidas desse tipo.

O PDC aproveita o ensejo para dizer a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que, calçado na realidade, busca um amplo acordo para que se possa terminar bem esta Legislatura, para que se possa prestar mais serviços ao povo brasileiro, tentando melhorar as propostas do Governo, que não são boas. O PDC quer que o Parlamento atue dentro daquilo que lhe cabe, ou seja, colaborar no sentido de melhorar o bolo com ingredientes realmente de interesse popular, enfim, para que o Parlamento aja de acordo com as aspirações populares.

Nossa agremiação será, no entanto, forçada a acompanhar os partidos de Oposição nesta Casa, se não for incluído na pauta dos trabalhos da Câmara dos Deputados o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 377, de 1986, de autoria do Senador Amaral Peixoto — já aprovado pelo Senado Federal — e que cria o Estado do Tocantins. Estamos buscando um acordo para que possamos votar tudo o que for necessário, melhorando as matérias que foram propostas, que, estão em pauta, conforme os elevados interesses do povo brasileiro.

Seremos forçados, porém, a acompanhar a Oposição, se não formos atendidos nessa justa pretensão, que não é apenas nossa, mas da Nação. A revisão territorial precisa prosseguir. V. Ex.^a sabe, Sr. Presidente, da re-

percussão benéfica que teve a criação do Estado do Mato Grosso do Sul. Será altamente benéfico, agora, não para uma região, mas para todo o País, o surgimento do Estado do Tocantins.

Espero que o Presidente Ulysses Guimarães e as lideranças partidárias possam acolher este novo pedido de inclusão, na pauta dos nossos trabalhos, durante o esforço concentrado, do requerimento de urgência para a votação desse projeto, quando, então, estaremos dando ao Estado de Goiás e ao Brasil este grande presente de Natal: a criação do Estado do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, de partes do Projeto de Lei nº 02 de 1986 — CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1987/1989.

Não foram apresentadas emendas aos subanexos constantes da pauta do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — item I.

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Leorne Belém.

O SR. LEORNE BELÉM — (PDS-CE. Sem revisão do orador.) — SR. Presidente, considerando a visível inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão, em nome da Liderança do PDS solicito a V. Ex.^a a suspensão dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não posso deixar de acatar a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado, Leorne Belém; com fundamento no parágrafo 2º do art. 29 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Antes de encerrar a sessão, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18,30 horas, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei n.º 3, de 1986 — CN, que aprova o Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 41 minutos.)

Ata da 151.ª Sessão Conjunta, em 25 de novembro de 1986

4.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Oda-
cir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Ale-
xandre Costa — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar
Cals — Afonso Sancho — Moacyr Duarte — Martins
Filho — Maurício Leite — José Urbano — Cid Sampaio
— Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz
Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães
— Alaor Coutinho — Luiz Viana — José Ignácio Fer-
reira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil
Haddad — Mata-Machado — Murilo Badaró — Alfre-
do Campos — Fernando Henrique Cardoso — Benedito
Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gas-
tão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Mar-
celo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo
— Álvaro Dias — Enéas Faria — Arnor Damiani —
Ivan Bonato — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

DE OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Geraldo Fleming — PMDB;
Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy
Vianna — PMDB.

Amazonas

José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL;
Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Francisco Sales — PMDB; Múcio Athayde —
PMDB; Olavo Pires — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Benedicto Monteiro —
PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil —
PMDB; João Augusto — PFL; João Marques —

PMDB; Lúcia Viveiros — PFL; Sebastião Curió —
PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio
Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PFL; João Al-
berto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José
Burnett — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel
— PFL; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Jônathas Nunes — PFL;
José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Ta-
pety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Cláudio Philomeno — PTB;
Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio —
PDS; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS;
Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS;
Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB;
Orlando Bezerra — PFL; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Florêncio — PFL;
Assunção de Macedo — PMDB; João Faustino — PFL;
Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PFL;
Edme Tavares — PFL; Joacil Pereira — PFL; João
Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Juracy
Palhano — PDC; Octacílio Queiroz — PMDB; Paulo
Xavier — PFL.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PMB; Carlos
Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egrídio

Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB;
Geraldo Melo — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL;
João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PFL; José
Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Mansueto de Lavor
— PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel
Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Oswaldo
Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PSC.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Nelson Costa — PDS;
Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB; Augusto Franco —
PDS; Celso Carvalho — PMDB; Gilton Garcia — PDS;
Hélio Dantas — PMDB; José Carlos Teixeira —
PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PTB; Carlos Sant'Anna —
PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soa-
res — PDT; Fernando Gomes — PMDB; Fernando
Magalhães — PFL; Fernando Santana — PCB; Fran-
ça Teixeira — PMDB; Francisco Pinto — PMDB; Gorgô-
nio Neto — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo
Azi — PFL; João Alves — PFL; Jorge Medauar —
PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço —
PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PMDB;
Leur Lomanto — PFL; Prisco Viana — PMDB; Ray-
mundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL;
Ruy Bacelar — PMDB; Vasco Neto — PSC.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PFL; Myrthes Bevilacqua —
PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim —
PFL; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL;
Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Aroldo de Oliveira — PFL; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PMDB; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDT.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PSB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Silvio Abreu — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Estevam Galvão — PFL; Farbulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PPB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PDS; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PDS; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PDC; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Ivo Ambrósio — PL; Jonas Pinheiro — PFL; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PTB; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antonio Tayet — PFL; Maurício Fruet — PMDB; Nelson Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PSC; Otávio Cesário — PFL; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PFL; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Fernando Viegas — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Nelson Morro — PFL; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PFL; Saturnino Dadan — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Erani Müller — PMDB; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 46 Srs. Senadores e 272 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos, para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Cacildo Maldaner.

O SR. CACILDO MALDANER (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas, no início da sessão de hoje, da Câmara dos Deputados, tive oportunidade de manifestar aquilo que penso e, nesta sessão do Congresso Nacional, volto a dizer com muita satisfação que, nos tempos atuais, nós, que pertencemos ao PMDB, aqui falamos o que pensamos. O nosso pensamento está de acordo com aquilo que, na verdade, pensa o homem livre nesta Pátria.

Antes, Sr. Presidente, aqueles que defendiam a Velha República assim não podiam agir e só agiam de uma forma. Hoje, não. A situação é diferente. Diante dos últimos acontecimentos, diante das últimas medidas que o Governo Federal tomou na área econômica, devo dizer que o Governo teve ou tem crédito no campo econômico e no campo político. Ele tem crédito no campo econômico, porque existe um crescimento neste setor; o desemprego não está ocorrendo. Logo, há um

crédito econômico por parte do Governo Federal. Há um crédito político porque as urnas assim anunciaram no último dia 15 de novembro. O Governo está com um crédito político.

Sr. Presidente, não quero discutir o mérito das medidas tomadas pelo Governo após as eleições, mas a maneira como foram anunciadas à Nação. **Data Vênia**, com todo o respeito, sendo Deputado do PMDB, quero dizer que talvez não tenha sido essa a melhor maneira de o Governo utilizar-se deste crédito econômico e político para colocar à Nação as medidas anunciadas. Trazê-las para o Congresso Nacional, a fim de que, democraticamente, todos nós, em conjunto com o Governo deliberássemos parece-me seria a melhor saída, dando-lhes mais legitimidade, e a Nação as acolheria de maneira melhor. Assim, sem discordar dos remédios anunciados, mas segundo a forma pela qual isto tem sido anunciado e imposto, é que venho, com todo o respeito, discordar, perante V. Ex.ª e a Nação, destas colocações, neste horário do Congresso Nacional.

Eram as considerações que gostaria de fazer e deixar registradas nos Anais desta Casa, na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erani Müller.

O SR. ERANI MILLER (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, faço coro às palavras do nobre Deputado Cacildo Maldaner, pois, como já havia salientado na sessão da Câmara dos Deputados, hoje à tarde, também estamos perplexos ante a decisão do Presidente Sarney ao tomar as medidas, na semana passada, determinando aumento não só do preço da gasolina, do álcool, dos automóveis, das bebidas e dos cigarros, como tantos outros. Continuo dizendo que foi uma traição não só ao povo brasileiro, como um desrespeito às bancadas do PMDB no Congresso Nacional, principalmente depois da estrondosa vitória que o nosso partido conseguiu nas urnas em 15 de novembro, ganhando em 22 Estados e fazendo ampla maioria não só na Câmara dos Deputados como no Senado Federal e nas Assembleias Legislativas.

Não concorri à reeleição à Câmara Federal e, sim, à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, por uma questão de coerência política, Sr. Presidente, porque sempre acreditei numa Constituinte exclusiva. Respeito, no entanto, quem pensa o contrário. Sinto inveja dos novos Constituintes, daqueles que formarão o novo Congresso, porque o PMDB terá ampla maioria para não aceitar mais a utilização desse esdrúxulo e vergonhoso processo do decreto-lei que pertenceu ao arbítrio, mas está lamentavelmente ainda sendo utilizado.

A imprensa de todo o Brasil noticia hoje o preço do aluguel sendo liberado. Agora à tarde ouvi informações, também oriundas da imprensa, de que o Ministro Funaro estava desmentindo o fato. Não posso crer que se vá cometer esse verdadeiro absurdo, outra vergonha, liberando o preço dos aluguéis. Imagine o que vai acontecer em Brasília com os preços dos aluguéis sendo adulterados violentamente! Não terão condições aqueles que ganham pouco, e até mesmo os da classe média, de pagar o aluguel de um imóvel na Capital Federal e nas principais cidades brasileiras. Por isso, não posso crer, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que essa medida também seja tomada. Manifesto minha repulsa perante os Srs. Congressistas. Que se procure um reestudo das medidas adotadas na semana passada.

Gostaria de aproveitar a ocasião, rapidamente, Sr. Presidente, para dizer que está sendo realizado na Capital Federal o I Congresso Nacional de Mulheres Rurais, uma promoção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, Embrater, tendo por local o Centro de Convenções de Brasília. Começou hoje e se estenderá até o dia 28 deste mês. Seu objetivo geral é oportunizar às mulheres rurais a apresentação e debates de suas reivindicações e a proposição de ações que atendem às suas expectativas. O tema central é "Mulher e Desenvolvimento Rural". Subtemas: "A mulher na produção agropecuária"; "A mulher rural e a questão fundiária"; "Previdência Social/Saúde/Legislação Trabalhista"; "A discriminação da mulher nas organizações"; "Ensino no meio rural" e "A mulher rural e seus direitos".

Como grande batalhador que sempre fui pela aposentadoria da mulher rural — coloco a falta da medida

como uma das maiores injustiças sociais em nosso País, uma vergonha nacional — trago, nesta oportunidade, a minha palavra de compreensão, de apoio à realização do I Congresso Nacional de Mulheres Rurais. Lamento que o Sr. Presidente da República José Sarney não se tenha dignado, apesar de convidado, a comparecer ao evento. Hoje à tarde, as quase quinhentas mulheres de todos os Estados do País que participam do encontro imploravam sua presença. Solicito a V. Ex., Sr. Presidente, que transmita ao Presidente Sarney o convite para que, até o dia 28, vá sentir de perto as aspirações da sofrida mulher rural.

Encerro meu pronunciamento lendo o lema do Congresso:

“A mulher rural precisa ter e fazer valer os seus direitos incontestáveis, inalienáveis e constitucionais de discutir e decidir sobre a sua vida e a sua condição de cidadã livre e participante do processo de desenvolvimento do país.” (Depoimento de uma mulher brasileira.)

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nos dias 3 e 4 de dezembro será realizado aqui em Brasília o Primeiro Ciclo de Debates da Associação Nacional dos Assistentes Jurídicos da União, tendo por conferencistas o Dr. Saulo Ramos, Consultor-Geral da República, que falará sobre “A Advocacia Consultiva e a Representação da União em Juízo”; o Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence, Procurador-Geral da República, que abordará o tema “A Representação da União em Juízo e a Fiscalização da Lei pelo Ministério Público”; e o Dr. Gileno Fernandes Marcelino, Secretário-Geral da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, o qual discorrerá sobre “A Reforma Administrativa Federal e a Advocacia Consultiva da União”.

Dentro do ciclo de palestras da Anajur, que se efetivará na sede regional da Ordem dos Advogados do Brasil, haverá ainda um painel que versará o tema “A Eficácia da Defesa da União nas Diversas Instâncias do Poder Judiciário”, com a participação de representantes das Associações dos Assistentes Jurídicos, dos Procuradores Autárquicos, dos Procuradores da Fazenda Nacional e dos Procuradores da República.

Trata-se, Sr. Presidente, de acontecimento que deve ser saudado por sua oportunidade e pelos elevados objetivos a que se propõe a Anajur, entidade recém-criada e que tem como Presidente um jovem professor de Direito, o Dr. Luiz Nonato, Coordenador de Assuntos Jurídicos da Superintendência de Construção e Administração Imobiliária da Secretaria de Administração da Presidência da República.

Entre esses objetivos estão a discussão da representação da União em juízo, tendo em vista o antagonismo inquestionável existente entre as atuais atribuições exercidas pelo Ministério Público Federal de fiscal da lei e de parte no processo, na qualidade de representante e defensor da União, bem como avaliar as consequências práticas dos efeitos, no âmbito da Administração, de decreto baixado no último mês de setembro, instituindo a Advocacia Consultiva da União no Poder Executivo, avaliando, ainda, os benefícios que podem advir de tal diploma legal para a valorização do exercício da advocacia no Serviço Público Federal.

Inserem-se também entre os objetivos dos debates a serem providos pela Anajur a avaliação da eficácia da defesa da União nas diferentes instâncias do Poder Judiciário, o conhecimento dos mecanismos da Reforma Administrativa, particularmente no que tange à advocacia de interesse da União, sustentando que essa advocacia deve ser uniforme, em defesa do interesse público, sem discriminações que possam separar a advocacia contenciosa da advocacia consultiva, além de preparar proposições de interesse para os advogados que militam, a partir de suas funções, no Serviço Público Federal, objetivando contribuir com o texto da futura Constituição a ser elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte.

Basicamente, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a luta da Associação Nacional dos Assistentes Jurídicos da União é no sentido de afirmar a tese de que os assistentes jurídicos são, antes, advogados, de cuja luta o advento da advocacia Consultiva da União, baixada com o Decreto n.º 93.237, de 8 de setembro último, abriu espaço à defesa de uma nova designação para aquela categoria funcional, já que, sendo eles a mola mestra do sistema instituído, devem ser tratados e reconhecidos como advogados da União.

Deve ser ressaltado que a Anajur, fundada no dia 18 de agosto deste ano de 1986, em apenas três meses de existência reúne em seus quadros cerca de 400 assistentes jurídicos, número altamente expressivo e bastante representativo, e que novas e importantes adesões estão ocorrendo, abrangendo inclusive o interesse de profissionais dos pontos mais longínquos do território nacional.

Segundo o Presidente da Anajur, Dr. Luiz Nonato, o motivo principal que levou à fundação da entidade foi a luta dos assistentes jurídicos para restabelecer plenamente, no âmbito da Administração Federal, o Serviço Jurídico da União, através de sistema centralizado na Consultoria Geral da República.

Esse esforço, Sr. Presidente, tem como princípio o direito de o assistente jurídico postular em juízo na defesa dos interesses dos órgãos de sua lotação; a restrição a que somente aos assistentes jurídicos possa ser deferida a prerrogativa de emitir e editar pareceres em matéria de direito; a não subordinação dos assistentes jurídicos a servidores sem formação jurídica; a exclusão dos assistentes jurídicos do Plano de Classificação de Cargos; a criação de uma carreira isolada, conforme ocorria no passado; e o restabelecimento de remuneração compatível com a dignidade do papel exercido pelo assistente jurídico.

Trata-se, sem dúvida de objetivos justos e oportunos, pois além de atender aos superiores interesses da União, inserem-se no rol de providências democráticas em curso que visam a estabelecer uma efetiva justiça social no Brasil.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS-RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho ouvido atentamente os Srs. Oradores nesta sessão do Congresso e na tarde de hoje, na Câmara dos Deputados.

Tenho também acompanhado a imprensa, que inicialmente deu destaque merecido à espetacular vitória que teve o PMDB no pleito de 15 de novembro, efetivamente uma das mais impressionantes da história política e da luta eleitoral do nosso País. Passado menos de uma semana, o povo brasileiro foi quase tomado de pânico com a notícia de algumas decisões que modificavam, como modificaram de forma bastante acentuada, o chamado Plano de Estabilização Econômica, o Plano Cruzado do Governo, com profundas alterações na política de congelamento, notadamente com o descongelamento de impostos, como o IPI, um imposto Federal, para os cigarros, bebidas, automóveis, das tarifas das estatais, e dos preços dos combustíveis.

Ora, Sr. Presidente, pior do que isso é que mais uma vez o Governo Federal alterou — parecer-me que pela quarta vez — o sistema de cálculo do índice da inflação, exatamente quando estabeleceu que tal índice serviria de parâmetro único e exclusivamente para o reajuste do salário dos trabalhadores e funcionários públicos. Evidentemente, esta mudança objetivou diminuir o resultado da inflação: consequentemente, achará também as possibilidades de reajuste do salário do trabalhador. Além do mais, noticiou a imprensa que o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, esteve com o Presidente da República apreciando previamente este elenco de medidas. Discordou de algumas e aprovou aquelas que foram adotadas. Entre elas, conseguiu que fosse mantido o gatilho que deve acionar o reajuste dos salários dos trabalhadores, — mas sempre há um mas, um porém, ou um todavia — com a condição de que os reajustes concedidos, via dissídios coletivos, fossem deduzidos, o que não acontece eviden-

temente com os funcionários públicos federais e com os servidores estatais.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estiveram também com o Presidente da República os Governadores eleitos do PMDB, que é o partido vitorioso nestas eleições. Tudo isto significa que o povo votou, o PMDB foi vitorioso e o governo foi consagrado. No meu Estado, o Governador eleito, Pedro Simon, declarou, dois dias depois das eleições, que devia sua vitória ao Presidente José Sarney, ao Plano Cruzado, ao aval que o PMDB havia dado à continuidade do Plano Cruzado. No entanto, Sr. Presidente, comenta-se até que o porta-voz da Presidência da República, o eminente jornalista César Mesquita, queria renunciar, porque houve problema com o anúncio das medidas governamentais. É apenas um detalhe. A verdade é que tudo foi decidido na quinta ou sexta-feira, e o Conselho Monetário Nacional reuniu-se na segunda-feira, três dias depois. A decisão não aconteceu nem mesmo nos moldes delfinianos, ou seja, o Conselho Monetário Nacional se reunia por telefone, segundo diziam; não, foi por televisão, por impacto efetivamente.

Minha mãe me telefonou lá da minha terra, Caxias do Sul, contando que ouviu uma senhora — concedendo uma entrevista na rua para rádio local — dizer que ela havia levado um minuto para votar no PMDB e vai ficar quatro anos se coçando — foi a expressão usada, perdoem-me se ela não for regimental — com as medidas governamentais que o PMDB havia avalizado.

Estou trazendo este assunto, não é nem em forma de crítica, porque já falei na sessão da Câmara; é à guisa de observação para chamar a atenção para um detalhe que considero importante, já que estamos caminhando para a Constituinte. Fui reeleito, e consequentemente serei Constituinte. O povo me outorgou esta distinção e quiçá um pesado ônus e uma grande responsabilidade. Creio que temos que mudar essa situação com a Constituinte. É a única forma de restabelecer ou estabelecer — porque não é bem restabelecer, é estabelecer as prerrogativas do Congresso Nacional e mudarmos o sistema de governo para parlamentarismo, porque o presidencialismo é autoritário, é centralizador. Foi assim em todos os períodos, sob o domínio de todos os partidos da história republicana deste País e assim continuará.

O PMDB de ontem, que era a voz do povo oposicionista, é hoje a voz do poder que massacra o povo. O povo foi o soberano no dia das eleições, como dizia Raul Pilla, e frustrado depois das eleições. Passada uma semana, os novos Governadores avalizaram a adoção dessas medidas junto ao Presidente da República. Temos que estabelecer um sistema de governo em que o povo seja soberano todos os dias. Se o povo foi contrariado, se o Conselho Monetário se reuniu três ou quatro dias depois, pergunto: e o Congresso Nacional?

Hoje recebi um telefonema, do Rio Grande do Sul, dos dirigentes da Uvibra — União dos Vitivinicultores do Brasil — que queriam saber qual era o aumento do IPI incidente sobre o vinho e o champagne. Pelo que publicaram os jornais, o vinho, que tinha uma incidência de 10% do IPI, passaria para 100%. Agora, seria de 100% de aumento na alíquota ou 100% de incidência sobre o preço do vinho? Ninguém sabe. Dariam 900% de aumento do IPI. O champagne nacional pagava 30% do imposto, agora tem um aumento de 200%.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nobre Deputado, o tempo de V. Ex.ª está esgotado. Peço a V. Ex.ª que conclua seu pronunciamento, ainda há outros oradores.

O SR. VICTOR FACCIONI — São 200% sobre o imposto ou são 200% sobre o preço do produto? São situações desse tipo, Sr. Presidente, que não dá para continuar aceitando. E pergunto: o decreto-lei, por que vocês não mudam? Porque é emenda constitucional. Oxalá, então, promova essas mudanças a Constituinte. O PMDB tinha o compromisso de não usar o decreto-lei, mas está usando.

Mas, Sr. Presidente, a Constituinte vai ser, então, um momento muito sério. Espero que venha a ser a Constituinte de um partido só, apenas porque ele ganhou as eleições num dia, porque se fôssemos fazer

outra eleição hoje, não sei se ganharia. Terá que ser a Constituinte de todos os partidos e de toda a sociedade brasileira. Teremos que cuidar muito bem inclusive da escolha do Presidente da Constituinte. Quem será o Presidente da Constituinte? Vamos permitir que se acumule a Presidência da Constituinte com a Presidência do Congresso, com a Presidência da Câmara dos Deputados, com a Presidência de um partido político, com a Vice-Presidência da República? Ou vamos estabelecer uma divisão? Ou vamos estabelecer condições para que esta Casa funcione de forma congressual?

São estas as questões que coloco à meditação dos Srs. Congressistas.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Walmor de Luca.

O SR. WALMOR DE LUCA (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, confesso que concordo com algumas colocações daqueles que me antecederam neste microfone. Também sou parlamentarista; também entendo que caberá ao Congresso recuperar as suas prerrogativas, perdidas ao tempo da ditadura. Mas foi exatamente o Congresso agachado, Sr. Presidente, aquele Congresso composto de membros da Arena e PDS, que não soube dizer não aos poderosos, que levou a Nação ao caos, à dívida externa de 100 bilhões de dólares, à dívida interna, da Velha República, de mais de 220 trilhões de cruzeiros.

Entre o caos da Velha República e do cruzeiro, a inflação "delfiniana" de 300%, continuo acreditando na honorabilidade, na honestidade de propósitos do Ministro Dilson Funaro, do Ministro João Sayad e da equipe econômica deste Governo, embora, Sr. Presidente, medidas desta natureza — e a Nação sabe — causem impacto, porque ferem interesses muitas vezes inconfessáveis.

Se tivéssemos anunciado e debatido o Plano Cruzado no Congresso, teríamos em vinte e quatro horas um aumento geral de preços neste País, seguramente acima de 100%. Portanto, o congelamento de preços, que a Nação aprovou e aprova, é que permitiu inclusive a recuperação econômica do País em alguns meses. Isso só foi possível porque a medida foi tomada sob a forma de impacto. O impacto, quando é feito por gente séria, com propósitos sérios, tem que receber um crédito de confiança. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que apenas alguns setores inconformados com a derrota sofrida nas eleições e alguns companheiros do próprio partido, que ainda não analisaram com profundidade as medidas — que ferem os interesses da pequena burguesia nacional, da classe média nacional, não as aprovam. Acredito que o trabalhador brasileiro, o assalariado de baixa renda, não será prejudicado; pelo contrário, continuará tendo uma melhoria nos seus salários, melhoria que já vem ocorrendo, reconhecida pelo DIEESE, órgão insuspeito, desde a implantação do Plano Cruzado. A vitória obtida pelo PMDB nas eleições, é verdade, deveu-se ao Plano Cruzado, obra desse partido.

Ministros do PFL disseram, à época, que o Plano Cruzado era obra dos garotos do PMDB.

Pois bem, entre o cruzeiro do Sr. Delfim Netto, da Velha República, e o Cruzado II, do PMDB, continuo ficando com o Cruzado II. Esse Governo merece credibilidade de minha parte, porque sei que seus Ministros são sérios e, pela sua seriedade e honestidade, tenho certeza de que, embora tenham sido tomadas talvez de forma inábil, anunciadas no momento inadequado, não considero inoportunas as medidas, até as entendo como necessárias, se exatamente para salvar o Plano Cruzado, o Plano de Estabilização Econômica, que está garantindo, por exemplo, hoje, na indústria calçadista do Rio Grande do Sul, o pleno emprego, o que não havia nos tempos do Sr. Delfim Netto. Está garantindo a indústria do vinho do Rio Grande do Sul, de que fala o nobre Deputado Victor Faccioni, a fim de que possa desenvolver-se a plena carga.

São exatamente as medidas tomadas por meio do Plano Cruzado que permitiram o pleno emprego neste País. Houve a recuperação de salários, isso é inequívoco, e foi o que deu a grande vitória para o PMDB.

O Sr. Victor Faccioni — Mas o Plano Cruzado II modificou isso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Peço a V. Ex.ª que conclua.

O SR. WALMOR DE LUCA — Ao encerrar, Sr. Presidente, realmente temo que tenha havido interferências externas. Há poucos dias, os protectionistas venceram as eleições nos Estados Unidos, e me parece que o Congresso Nacional não refletiu ainda sobre esse fato. Quero chamar a atenção, agora, de todos os partidos políticos — do PMDB, do PDS, do PFL, do PT — enfim, de todos aqueles que compõem este Congresso. Devemos refletir sobre esta questão. Como ficarão as exportações brasileiras a partir da vitória dos protectionistas americanos? Como ficará a indústria têxtil brasileira? E a indústria calçadista brasileira? Como ficará a indústria siderúrgica nacional se medidas protectionistas forem tomadas pelos Estados Unidos, inclusive já anunciadas pela delegação de deputados americanos que nos visitaram no ano passado? São essas as reflexões que devemos fazer neste momento. Antes de tudo, devemos ter consciência, brasilidade. Este é o momento em que todos os brasileiros devem unir-se contra aqueles que, na verdade, não querem a recuperação econômica do nosso País, que, graças a Deus, está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao último orador do período das breves comunicações, Deputado Djalmá Bom.

O SR. DJALMA BOM (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, parece-me que as coisas continuam como antes. Voltamos a ouvir falar sobre a questão do expurgo, da desindexação, da accidentalidade. Sobre a accidentalidade, acho que devemos recordar um pouquinho, clarear nossa memória. Numa das últimas vindas do Sr. Delfim Netto a esta Casa, S. Ex.ª tentou colocar, explicar e expor a nós, Deputados, a questão da accidentalidade, uma das maneiras pela qual, o Governo daquela época, tentava justificar a forma de ludibriar o salário dos trabalhadores.

Não me esqueço — tenho uma memória viva, ativa e atenta — de que os Deputados do PMDB ficaram loucos e queriam comer vivo o Ministro Delfim Netto. Todo mundo louco: "Mas como é isso, Ministro, esse negócio da accidentalidade, esse acidente que vai causar mais acidente à classe trabalhadora?"

Passado um determinado tempo, estamos aqui, os mesmos que criticavam o Ministro Delfim Netto pela questão do expurgo, da desindexação, nomes até difíceis, que a classe trabalhadora tem dificuldade de pronunciar, de entender — a criticar o Governo pelas mesmas práticas. A gente pergunta. Accidentalidade? Será que vai aumentar ainda mais os acidentes de trabalho? A classe trabalhadora em que morrem milhares e milhares de trabalhadores por ano de acidentes de trabalho? Será que se trata de mais um acidente?

Sr. Presidente, trata-se da mesma canção com roupagem diferente. Os cantores são diferentes. Antes, os cantores, os tenores eram da Arena, agora são do PMDB, da Aliança Democrática. É lamentável a forma pela qual se tenta escamotear, ludibriar, falsear a aplicação do índice, para que o gatilho não dispare. Depois vão dizer que a classe trabalhadora é a grande culpada por não contribuir para o crescimento do nosso País. Acho que vai chegar um determinado momento em que teremos de expulsar a classe trabalhadora deste País porque ela é sempre culpada de tudo que acontece: a inflação, a questão do ágio, da maquiagem, palavras com as quais começamos a acostumar-nos, e que, em seu Novo Dicionário, Buarque de Holanda tem de esclarecer o seu significado. E vejamos V. Ex.ªs, o seguinte: os preços aumentaram apesar do congelamento. Gostaria de saber se conseguimos comprar hoje 1 quilo de cebola pelo mesmo preço do mês de março. O Governador de São Paulo disse ter vindo a Brasília pressionar o Presidente José Sarney para que a carne aparecesse nos açougues. Ela continua em São Paulo. Todos os açougues têm carne. O problema não é a falta da carne, ela está lá à vontade. O que falta é o dinheiro para comprá-la. Um quilo de carne de primeira está custando

em São Paulo de 70 a 80 cruzados e o interessante é que — lamentamos profundamente — não se lança mão da Lei Delegada nº 4. Por que não usá-la contra os pecuaristas, contra os grandes empresários, contra os grandes latifundiários?

Sr. Presidente, mais uma vez temos de lamentar que o PMDB — o grande vitorioso no processo eleitoral — tenha praticado uma verdadeira traição com aqueles que nele depositaram confiança. As pessoas que nele votaram foram apunhaladas pelas costas. O PMDB largou-lhes uma facada nas costas. Isso é para eles aprenderem.

Mas, Sr. Presidente, não devemos subestimar por muito tempo a inteligência do nosso povo. Estive assistindo há alguns dias, a um programa de televisão em que se entrevistava alguns de nossos modestos companheiros, aquela gente sofrida do interior do Ceará. Perguntaram-lhes por que não votariam nos coronéis e eles explicaram: sempre votamos nos coronéis e nada mudou. Desta vez, vamos votar em pessoas novas para que possamos ter possibilidade de renovação.

A mentalidade do nosso povo está mudando, e aí daquele que continuar subestimado a inteligência desse povo, embora muito passivo para meu gosto, e que dará uma resposta muito rapidamente àqueles que estão no Governo.

Para concluir, gostaria de dizer o seguinte: muda-se o Governo, muda-se a forma de Governo, mas não muda a dominação sobre a classe trabalhadora. A classe trabalhadora começa a organizar-se, a mobilizar-se, a tomar consciência. Quero ver quando esses trabalhadores começarem a fazer greve. O que vão dizer? Vão dizer-lhes que têm de continuar sofrendo sem reivindicar, passíveis, de cabeça baixa. Mas o trabalhador está levantando a cabeça, está-se organizando, está tomando consciência. O que não quero é que depois, aqui nesta mesma tribuna, alguns Deputados e Senadores do PMDB venham dizer que a classe trabalhadora está querendo desestabilizar a Nova República.

É lamentável o que estão fazendo com a manipulação dos índices para "ferrar", mais uma vez, a classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra à Deputada Irma Passoni, como Líder do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria de responder à questão colocada pelo Deputado Walmor de Luca quando disse que nós, Parlamentares, deveríamos pensar no resultado eleitoral dos Estados Unidos.

Deputado Walmor de Luca, nós, do Partido dos Trabalhadores, não aceitamos ser submissos, eternamente, à política norte-americana. É preciso mostrarmos a nossa soberania, a nossa independência no âmbito internacional.

Lembro aqui que o Prêmio Nobel de Economia afirmou que "O Brasil, por ter uma dívida tão grande, tem que ser mais duro na negociação da sua dívida externa".

Parece-me que o Brasil deve levantar-se acima de qualquer influência internacional e este Parlamento precisa ficar acima de qualquer pressão. Por termos uma enorme potencialidade, podemos impor, na política externa, a nossa vontade. Eternamente, a submissão e o medo aos norte-americanos nos dominam, e assim, permanecemos submissos, sem colocar o desafio de que é preciso o Brasil negociar, com visão soberana, a sua dívida externa, para definir a sua política e as suas relações internacionais.

Quero dizer que é lamentável que as medidas econômicas tenham-se repetido através de treze decretos-leis e 22 decretos, onde se fez uma mistura de uma série de medidas, tais como extinção ou restrição de funcionamento de estatais.

A questão da extinção do BNH, citei hoje à tarde, foi, na verdade, para esconder o déficit que existe. Foi pego um funcionário, Zaven Boghossian, fugindo com uma mala de documentos do BNH no Rio de Janeiro. Será que a extinção do BNH não é para esconder as falcatruas e sumir com a documentação, quando todas as corrupções que lá ocorrem serão esquecidas e enterradas, porque simplesmente vão ser encampadas pela

Caixa Econômica Federal? Será que o déficit da Caixa Econômica Federal não era também imenso e agora o BNH cobre esse déficit?

Outras medidas foram tomadas neste pacote, e quero dizer que, efetivamente, eram passíveis de serem tomadas como leis e não como decretos. Isso é lamentável.

O Poder Executivo agacha o Poder Legislativo, não aceitando o debate ou a discussão. E, agora, não aceitamos que venha o Líder do PMDB dar conselho como devem-se comportar os outros partidos.

Por outro lado, o Sr. Delfin Netto não tem nenhuma autoridade para fazer ponderação em relação ao Plano Cruzado, como o fez, porque ele fez a mesma coisa há alguns anos. Deixamos, portanto, clara a nossa posição. Espero que o Brasil defina claramente sua política interna com relação à externa e que, no momento de negociá-la, assuma uma posição soberana e autônoma: suspendendo a dívida externa e investigando, a fundo, como ela foi contraída e pagando a quem deve. Porque, nós, como Nação, não devemos assumir algo que talvez nem tenha chegado ao País, porque não assumimos essa dívida como povo. Devemos, isto sim, investigar quem a contraiu, como é o problema dos juros, que é grave e sério.

Portanto, esperamos que as próximas medidas que o Ministro Dilson Funaro irá tomar não sejam de entreguismo total da soberania nacional ao FMI. Sabemos que essas medidas foram tomadas como arrumação da cama para a negociação da dívida externa. E esperamos que as palavras do Presidente José Sarney na ONU, de que a dívida externa não será paga com a fome do povo brasileiro, sejam uma verdade efetiva e não apenas um belo discurso para impressionar os países reunidos ali no ano passado.

Nossa posição é de exigirmos que não se tomem mais medidas em nível de decretos-leis. Se isso era feito antigamente pelo PDS, que o PMDB não repita o mesmo. O PMDB pode e deve fazer outra política. Normalmente recebemos aqui uma carga de decretos-leis sem possibilidade de grandes debates ou modificações. Simplesmente os aceitamos, porque, pelo decurso de prazo, eles são efetivados. Assim sendo, deixamos o nosso protesto e não aceitamos conselhos do PMDB. Sabemos que este País é soberano e pode negociar a sua dívida externa sem submissão aos resultados eleitorais norteamericanos.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Esgotado o prazo estabelecido no § 1.º do art. 55 da Constituição, para apreciação, pelo Congresso Nacional, do Decreto-lei n.º 2.187, de 1986, sem ter havido deliberação, a Mensagem presidencial n.º 42, de 1986-CN, a ele referente, foi incluída em Ordem do Dia, em 10 sessões, conforme determina o citado dispositivo, *in fine*.

Cumprida a exigência constitucional sem que sobre a matéria o Congresso haja se manifestado, o texto do decreto-lei é considerado aprovado (Const., art. 55, § 1.º, *in fine*, combinado com o art. 51, § 3.º, *in fine*).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 3, de 1986-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1987.

A Presidência esclarece terem sido apresentadas ao projeto três emendas, sendo

Uma do Relator ao Subnexo Presidência da República;

uma também do Relator, ao Subnexo Encargos Gerais, Encargos Financeiros e Encargos Previdenciários da União; e

uma ao Anexo Receita e Texto da Lei, que recebeu parecer contrário da Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O pronunciamento da Comissão, consoante dispõe o § 1.º do art. 94 do Regimento Comum, será conclusivo e final, salvo se “um terço dos membros da Câmara dos Deputados e mais um terço dos membros do Senado Federal requererem a votação em plenário de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão” (art. 66, § 3.º, da Constituição).

Decorrido o prazo previsto no art. 97 do Regimento Comum, e não tendo sido apresentado qualquer requerimento para que as emendas fossem submetidas à deliberação do plenário, a Presidência irá colocar a matéria em apreciação de acordo com o parecer da Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passemos ao item 1:

Discussão, em turno único, do Subnexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 37, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

A SR. IRMA PASSONI — Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Com a palavra a nobre Deputada Irma Passoni, para encaminhar a votação.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, novamente estamos aqui hoje, para aprovar o Orçamento para 1987. É o quarto Orçamento que aprovamos nesta legislatura. Sempre enfatizamos que se trata da peça fundamental de uma nação, é o que decide. Não é possível que novamente o Congresso passe em branco aprovando o Orçamento Federal sem discuti-lo. Nesta impressão não conseguimos ler os números, que estão ilegíveis, nem adiantaria estarem legíveis, porque não se pode interferir, não se pode mudar nada.

Gostaria de deixar registrada a minha posição e a do Partido dos Trabalhadores. O Orçamento é algo fundamental para uma nação. É lamentável que em momento algum tenhamos sido consultados sobre qualquer definição, sobre qualquer política. Portanto, isto é uma falácia, é um faz-de-conta, não é sério. Sabemos que esta aprovação é constitucional. Isto é apenas — é lamentável, mas tenho que deixar registrado — uma brincadeira para dizer que aprovamos o Orçamento nacional, porque infelizmente não podemos ter nenhuma interferência ou fazer qualquer modificação em algo tão sério como o Orçamento federal. Fica registrada, pois, a abstenção do Partido dos Trabalhadores na votação deste Orçamento.

Esperávamos, sim, que a própria Aliança Democrática, o Governo, submetesse consultas ou discutisse um pouco com o Congresso Nacional a definição das prioridades, a distribuição de suas verbas, mas, lamentavelmente, isso não ocorreu. Procurei saber, por exemplo, no setor de educação, se foi cumprida uma única emenda aprovada neste Congresso em relação ao Orçamento que define a obrigatoriedade de aplicação de 13% na área educacional. E constatei diretamente que o Ministério da Educação tem 6,2 na área de educação. A justificativa é a de que depois se completa na área dos Ministérios da Aeronáutica, da Marinha, do Exército etc., que também exercem papel educativo.

Ora, isto me parece grave, porque continuamos com cerca de 8 milhões de analfabetos no País. A estrutura da educação é um absurdo, e o salário dos educadores é uma miséria total! Continuamos a ter um déficit educacional proposital e planejado.

É muito importante existir um povo sem condições na área de educação e cultura porque, como todo o mundo diz — já é ditado popular — quanto maior a ignorância, mais fácil é a dominação.

Portanto, novamente aqui registro que o Orçamento Nacional não cumpre a obrigação constitucional de destinar 13% para a área de educação. E não aceito as desculpas de que isso está completado em outras áreas que se entendem como educativas nos outros ministérios. Parece-me que a prioridade nacional na área de educação seria de responsabilidade profunda de cumprimento da Constituição aprovada neste Congresso em 1982, com a Emenda João Calmon.

Portanto, esta a nossa posição, a nossa abstenção por não participarmos, em momento algum, da discussão, da elaboração do Orçamento, porque sabemos que não temos nenhum poder, como Poder Legislativo, de interferir neste Orçamento, de sugerir, de modificá-lo ou de fiscalizá-lo efetivamente, porque o Orçamento

é feito de tal jeito para ninguém entender. Só entende quem é especialista em orçamento. Os especialistas são os únicos que entendem. Mas um orçamento para entender absolutamente não existe. Ficamos estudando-o durante três ou quatro dias e não conseguimos entendê-lo, porque são tão intrincados, tão complementados e intercalados esses gastos que não conseguimos compreender esse Orçamento.

Portanto, fica novamente registrada a nossa posição, tal como fiz em outros anos. Considero uma prioridade a Nação brasileira participar da elaboração dos orçamentos municipal, estadual e federal. Após este Congresso ser consultado, que tenha poderes para interferir efetivamente na aprovação ou na modificação do Orçamento. Realmente, dizíamos, há quatro anos, seria o último Orçamento que aprovaríamos sem possibilidades de modificação. Lamentavelmente, porém, chegamos ao quarto Orçamento, novamente sem nenhuma possibilidade de interferência. Esta a razão da nossa abstenção em toda a votação do Orçamento para 1987.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subnexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Subnexo Poder Legislativo — Senado Federal, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 38, de 1986 — CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subnexo Poder Legislativo — Senado Federal, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Subnexo Poder Legislativo — Tribunal de Contas da União, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 39, de 1986 — CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subnexo Poder Legislativo — Tribunal de Contas da União, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Subnexo Poder Judiciário, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 40, de 1986 — CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subnexo Poder Judiciário permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 5:
Discussão, em turno único, do subanexo Poder Executivo — Ministério da Aeronáutica, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 42, de 1986—CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Aeronáutica permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 6:
Discussão, em turno único, do subanexo Poder Executivo — Ministério da Agricultura, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 43 de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Agricultura permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 7:
Discussão, em turno único, do subanexo Poder Executivo — Ministério das Comunicações, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 44, de 1986—CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério das Comunicações permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 8:
Discussão, em turno único, do subanexo Poder Executivo — Ministério da Educação, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 45, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Educação permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado.
A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 9:
Discussão, em turno único, do subanexo Poder Executivo — Ministério do Exército, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 46, de 1986-CN da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério do Exército permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)
Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 10:
Discussão, em turno único, do subanexo Poder Executivo — Ministério da Fazenda, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 47, de 1986-CN da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Fazenda permaneçam como se acham. (Pausa.)
Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)
Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para Redação Final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 11:
Discussão, em turno único, do subanexo Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 48, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 12:
Discussão, em turno único, do subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (parte geral, fundação Projeto RONDON, FUNAI e Territórios), tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 49, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (parte geral, Fundação Projeto RONDON, FUNAI e Territórios) permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 13:
Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (Sudene, Sudeco e Sudeul), tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 50, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (Sudene, Sudeco e Sudeul), permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 14:
Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (Sudam e Suframa), tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 51, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (Sudam e Suframa), permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 15:
Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 52, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
A matéria volta à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 16:
Discussão, em turno único, do subanexo Poder Executivo — Ministério da Marinha, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 53, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Senhores Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Ministério da Marinha, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
Os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 17:
Discussão, em turno único, do subanexo Poder Executivo — Ministério das Minas e Energias, tendo.

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 54, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo do Poder Executivo — Ministério das Minas e Energia, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.
A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 18:
Discussão, em turno único, do subanexo Poder Executivo — Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo.

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 55, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo Poder Executivo — Ministério da Previdência e Assistência Social, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A Matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 19: Discussão, em turno único, no subnexo Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores, tendo **PARECER FAVORÁVEL**, sob n.º 56, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subnexo Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A Matéria vai à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 20: Discussão, em turno único, do subnexo Poder Executivo — Ministério da Saúde, tendo **PARECER FAVORÁVEL**, sob n.º 57, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subnexo Poder Executivo — Ministério da Saúde, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A Matéria vai à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 21: Discussão, em turno único do subnexo Poder Executivo — Ministério do Trabalho, tendo **PARECER FAVORÁVEL**, sob n.º 58, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Senhores Deputados que aprovam o subnexo Poder Executivo — Ministério do Trabalho, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A Matéria vai à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 22: Discussão, em turno único, do subnexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes (Parte Geral, Portobrás, Empresa de Navegação da Amazônia, Cia. de Navegação do São Francisco e Cia. de Navegação da Bacia do Prata), tendo **PARECER FAVORÁVEL**, sob n.º 59, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Senhores Deputados que aprovam o subnexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes (Parte Geral, Portobrás, Empresa de Navegação da Amazônia, Cia. de Navegação do São Francisco e Cia. de Navegação da Bacia do Prata) permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A Matéria vai à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 23: Discussão, em turno único, do subnexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes (RFF, DNER,

GEIPOT, Cia. Brasileira de Trens Urbanos e Empresa de Trens Urbanos de porto Alegre), tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 60, de 1986-CN, da Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 25:

Discussão, em turno único, do subnexo Poder Executivo — Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 62, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o subnexo Poder Executivo — Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão mista para a redação final

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 26: Discussão, em turno único, do subnexo Poder Executivo — Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo **PARECER FAVORÁVEL**, sob n.º 63, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos para discutir.

O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não sei se o Congresso Nacional se dá conta de que estamos procedendo a um exercício de realismo fantástico: realismo porque somos pessoas em carne e osso votando um orçamento; fantástico porque o orçamento baseia-se em premissas absolutamente fantásticas. A mensagem presidencial que o encaminhou diz textualmente que a proposta orçamentária foi elaborada com base na meta governamental de inflação zero, crescimento de 7% do PIB e manutenção do saldo do balanço comercial de 12 bilhões de dólares. Vemos claramente que, na época em que a proposta foi encaminhada, a inflação estava longe de zero. Aliás, ninguém consegue zerar a inflação com o ridículo expediente que pretende revogar a lei da oferta e da procura. Na realidade, entendeu-se como sendo um excesso psicossomático o que era uma moléstia cancerosa — o déficit público.

Projetou-se o Orçamento também na manutenção de um saldo de balanço comercial de 12 bilhões de dólares. Era, àquela época, uma premissa até plausível. Conseguimos, entretanto, a despeito de um cenário internacional favorável, engessar uma crise cambial na qual estamos. Esta é a primeira crise cambial "made in Brazil", porque os antecedentes resultaram de fenômenos exteriores, muitas vezes fora do nosso controle, como a crise do café em 1953, a primeira ou segunda crise de petróleo ou a alta de juros no mercado internacional.

Dentro desse conjunto de realismo fantástico, a peça que me parece dever ser singularizada, pelo desperdício que encerra, é a proposta orçamentária relativa ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Já no ano passado havia eu proposto a extinção desta verba e a sua simples transferência para o Ministério da Educação e para o Conselho Nacional de Pesquisas, que vinham fazendo muito mais barato o serviço que hoje é feito pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O único caso que o Ministério da Ciência e Tecnologia adicionou aos repasses que já vinham sendo normalmente feitos pelo Conselho Nacional de Pesquisas e pelo Ministério da Educação é um alto coeficiente de ideologia e de corrupção burocrática, embutido num dos seus mais perniciosos organismos que é o SEI — Serviço Nacional de Informática, que na realidade se transformou numa agência anticoncepcional, porque dificulta enormemente a geração de empresas. Ainda se fosse um simples dispositivo anticoncepcional para evitar a proliferação humana, admitir-se-ia alguma utilidade. Trata-se, entretanto, de uma agência anticoncepcional que dificulta e impede a criação de empresas, que só podem surgir após uma custosa

peregrinação burocrática a Brasília, para pedir favores a um burocrata frequentemente ignorante de experiências empresariais, se não mesmo do próprio assunto de informática. A criação desse Ministério foi apenas um gesto político do Presidente Tancredo Neves, para acomodar um amigo; não resultou de exame de necessidade concreta, nem de uma avaliação de experiências internacionais. Ciência e tecnologia não podem ser enclausuradas no âmbito de um único Ministério; interessa a todos. Há ciência e tecnologia nos Ministérios militares, há ciência e tecnologia na agricultura e há ciência e tecnologia na indústria. Por isso, na vasta maioria dos países, e certamente nos países líderes, o que existe é um conselho coordenador de tecnologia. No caso americano, aliás, há apenas um conselheiro de ciência junto também um conselheiro junto à Rainha. Num caso, ligado a uma academia e, no outro caso, a um conselho de pesquisa. Já havíamos adotado esta configuração, prática que é normal em ciência e tecnologia. Não há privacidade em nenhum Ministério. A ciência e a tecnologia afetam a todos os Ministérios, e cada um tem de ter seu departamento específico para adaptar o esforço tecnológico às suas necessidades concretas. Criamos essa entidade burocrática e dispendiosa, que na realidade se transformou apenas em um ninho de ideologia. Sem nenhuma relação com a realidade, e que está contribuindo fortemente para afugentar capitais e tecnologias que poderiam estar hoje servindo ao Brasil.

Se analisarmos um pouco o Orçamento — em virtude de doença, aliás, não me foi possível fazê-lo em nenhum grau de detalhe —, verificaremos que nada menos do que 21% da dotação se destinam meramente a atividades administrativas. A percentagem do Orçamento voltada para as atividades administrativas supera, em muito, aquela destinada à pesquisa fundamental — 11%. Trata-se de mais um caso em que as atividades-fins vem-se dissonando pelos exageros das atividades-meio.

Por esse motivo, Sr. Presidente, registre meu voto contrário à proposta orçamentária, ou, agora, à proposta da Comissão de Orçamento.

No que tange ao Ministério de Ciência e Tecnologia, estendo o meu sentimento de irrealismo a todo o Orçamento, em virtude das premissas alucinadas em que foi baseado: a premissa da inflação zero, a premissa de um saldo cambial inexistente.

Sr. Presidente, agora que o Governo começa a ter algum realismo e se debruça sobre o esforço de contenção, de procura e redução de despesas, esforços ambos tardios, eu gostaria de formular ao Presidente José Sarney uma sugestão. S. Ex.ª está extinguindo vários conselhos — absolutamente inúteis, aliás — e algumas companhias inexpressivas. Devia extinguir mais. Mas devia fazer objeto de extinção imediata o Ministério da Ciência e Tecnologia. Meu voto é negativo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Será registrado, nos Anais, o voto de V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — continua em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subnexo Poder Executivo — Ministério da Ciência e Tecnologia, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 27: Discussão, em turno único, do Subnexo Poder Executivo — Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 64, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs./Deputados que aprovam o Subnexo Poder Executivo — Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 28:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo

PARACER FAVORÁVEL, sob n.º 66, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria. Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Transferências a Estados, Distrito Federal e Município permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 29:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Reserva de Contingência, tendo

PARACER FAVORÁVEL, sob n.º 67, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria. Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Reserva de Contingência permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 30:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Presidência da República, tendo

PARACER, sob n.º 41, de 1986-CN, da Comissão Mista, favorável ao Subanexo com emenda 1-R do relator.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria. Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Presidência da República permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 31:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Encargos Gerais, Encargos Financeiros e Encargos Previdenciários da União, tendo

PARACER, sob n.º 65, de 1986-CN, Comissão Mista, favorável ao Subanexo com a emenda 2-R do relator.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo Poder Executivo — Encargos Gerais, Encargos Financeiros e Encargos Previdenciários da União permaneçam como se acham. (Pausa.)

provido.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 32:

Discussão, em turno único, do Anexo Receita e Texto da Lei, tendo

PARACER, sob n.º 68, de 1986-CN, da Comissão Mista, favorável ao Anexo e pela rejeição da emenda a ele oferecida.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão, passa-se à votação da matéria. Os Srs. Deputados que aprovam o Anexo Receita e Texto da Lei permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa, redação final que vai ser lida pelo Sr. 1.º-Secretário.
É lida a seguinte

(*) PARACER

N.º 70, de 1986-CN

Da Comissão Mista de Orçamento: Redação final do Projeto de Lei n.º 3, de 1986 (CN), que “estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1987”.

Relator: Deputado João Alves

A Comissão Mista incumbida de estudar o Projeto de Lei n.º 3, de 1986 (CN), que “estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1987”, apresenta, em anexo, a redação final da referida proposição, esclarecendo que nela introduziu as alterações necessárias para adaptar o projeto às emendas aprovadas e nela efetuou correções em títulos e em alguns projetos e atividades, em seus descritores, metas ou natureza da despesa, de forma a propiciar

uma melhor adequação aos seus objetivos e a permitir uma maior clareza e transparência à peça orçamentária, todas, entretanto, sem repercussão na classificação funcional-programática.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, 26 de novembro de 1986, Saldanha Derzi, Presidente; João Alves, Relator; Jorge Kalume; João Lobo; Lourival Baptista; Hélio Gueiros; Ivan Bonato; Cid Sampaio; Arno Damiani; Gastão Müller; Nivaldo Machado; Américo de Souza; José Urbano; Nilson Gibson; Milton Figueiredo; Ubaldo Barém; Osvaldo Melo; Matheus Schmidt; Pedro Germano; Furtado Leite; Jorge Arbage; Francisco Studart; Evandro Ayres de Moura; José Carlos Fonseca; Vasco Neto; Djalma Bessa; Figueiredo Filho; Simão Sessim; João Herculino; José Carlos Fagundes; Josias Leite; Álvaro Gaudêncio; José Jorge; Edison Lobão; Nosser Almeida e Reinhold Stephanes.

(*) — Será publicado em Suplemento “B” à presente edição.

(*) PARACER

N.º 70, de 1986-CN

Da Comissão Mista de Orçamento: Redação final do Projeto de Lei n.º 3, de 1986 (CN), que “estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1987”.

ADENDO

(*) — Será publicado em Suplemento “C” à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A redação final lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 50 minutos, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei n.º 2, de 1986-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio de 1987/1989, nas partes referentes à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Poder Judiciário, à Presidência da República, aos Ministérios da Aeronáutica, da Agricultura, das Comunicações, da Educação, do Exército, da Fazenda, da Indústria e do Comércio, do Interior (Parte Geral, Fundação Projeto Rondon, Funai, Territórios, Sudene, Sudeco, Sudesul, Sudam e Suframa), da Justiça, da Marinha, das Minas e Energia, das Relações Exteriores, da Saúde, do Trabalho, dos Transportes (Parte Geral, Portobrás, Empresa de Navegação da Amazônia S/A, Companhia de Navegação do São Francisco, Companhia de Navegação da Bacia do Prata, RFF, DNER, Geipot, Companhia Brasileira de Trens Urbanos, Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre), da Cultura, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, aos Encargos Gerais, Encargos Financeiros e Encargos Previdenciários da União, a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e à Receita e texto da lei.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 45 minutos.)

Ata da 152.^a Sessão Conjunta, em 25 de novembro de 1986

4.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47.^a Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 19 HORAS E 50 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevire Leal — Mário Maia — Oda-
cir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Ale-
xandre Costa — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar
Cals — Afonso Sancho — Moacyr Duarte — Martins
Filho — Maurício Leite — José Urbano — Cid Sampaio
— Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz
Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães
— Alaor Coutinho — Luiz Viana — José Ignácio Fer-
reira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil
Haddad — Mata-Machado — Murilo Badaró — Alfre-
do Campos — Fernando Henrique Cardoso — Benedito
Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gas-
tão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Mar-
celo Miranda — Saldanha Derzi — Afonso Camargo
— Álvaro Dias — Enéas Faria — Arnor Damiani —
Ivan Bonato — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Geraldo Fleming — PMDB;
Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy
Vianna — PMDB.

Amazonas

José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL;
Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Francisco Sales — PMDB; Múcio Athayde —
PMDB; Olavo Pires — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Benedicto Monteiro —
PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil —
PMDB; João Marques — PMDB; Lúcia Viveiros —
PFL; João Augusto — PFL; Sebastião Curíó — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio
Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PFL; João Al-
berto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José
Burnett — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel
— PFL; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Jônathas Nunes — PFL;
José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Ta-
pety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Cláudio Philomeno — PTB;
Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio —
PDS; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS;
Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS;
Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB;
Orlando Bezerra — PFL; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Florêncio — PFL;
Assunção de Machado — PMDB; João Faustino —
PFL; Vingit Rosado — PMDB.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Alvaro Gaudêncio — PFL;
Edme Tavares — PFL; Joacil Pereira — PFL; João
Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Juracy
Palhano — PDC; Octacílio Queiroz — PMDB; Paulo
Xavier — PFL.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PMB; Carlos
Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egdio
Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB;
Geraldo Melo — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL;
João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PFL; José
Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Mansueto de Lavor
— PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel
Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Oswaldo
Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PSC.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Nelson Costa — PDS;
Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB; Augusto Franco —
PDS; Celso Carvalho — PMDB; Gilton Garcia — PDS;
Hélio Dantas — PMDB; José Carlos Teixeira —
PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PTB; Carlos Sant'Anna —
PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soa-
res — PDT; Fernando Gomes — PMDB; Fernando
Magalhães — PFL; Fernando Santana — PCB; França
Teixeira — PMDB; Francisco Pinto — PMDB; Gorgô-
nio Neto — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo
Azi — PFL; João Alves — PFL; Jorge Medauar —
PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço —
PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PMDB;
Leur Lomanto — PFL; Prisco Viana — PMDB; Ray-
mundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL;
Ruy Bacelar — PMDB; Vasco Neto — PSC.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PFL; Myrthes Bevilacqua —
PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim —
PFL; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferrago — PFL;
Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS;
Arolde de Oliveira — PFL; Bocayuva Cunha — PDT;
Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB;
Celso Peçanha — PFL; Dáso Coimbra — PMDB; Deni-
sar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil; Fernando Carva-
lho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria
— PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Or-
nellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi
— PMDB; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho —
PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga —
PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Roberto Jefferson
— PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde
— PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDT.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Boni-
fácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Carlos
Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Chris-
tóvam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Emí-
lio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Gerardo
Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto
Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; João Hercu-
lino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Ferraz
— PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado —
PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça
de Moraes — PMDB; José Ulisses de Oliveira —
PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise —
PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci —
PT; Luiz Guedes — PSB; Luiz Leal — PMDB; Marcos
Lima — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício
Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis
— PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso
— PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta
— PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL;
Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS;
Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Ron-
don Pacheco — PDS; Silvio Abreu — PMDB; Vicente
Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval —
PMDB; Aírton Soares — PMDB; Alcides Franciscato
— PFL; Armando Pinheiro — PTB; Celso Amaral —
PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB;
Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL;
Djalma Bom — PT; Estevam Galvão — PFL; Fara-
bulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PPB; Flávio
Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB;
Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB;
Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Irma
Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bas-
tos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann
Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli
— PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato
— PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco
— PDS; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PDS;
Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves —
PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite —
PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa —
PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Men-
des — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB;
Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS;
Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento
— PMDB; João Divino — PDC; Joaquim Roriz —
PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes —
PMDB; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves —
PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Ivo Ambrósio — PL; Jonas
Pinheiro — PFL; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo
Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PTB; Harry Amorim — PMDB;
Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB;
Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martínez — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL; Maurício Fruet — PMDB; Nelson Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PSC; Otávio Cesário — PFL; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PFL; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Fernando Viegas — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Nelson Morro — PFL; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PFL; Saturnino Dadan — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Erani Müller — PMDB; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaga — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 46 Srs. Senadores e 272 Srs. Deputados.
Há número regimental.
Declaro aberta a sessão.
Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para a apreciação, em turno único, do Projeto de Lei n.º 2, de 1986-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de 1987/1989.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.
Passemos ao item 1 da pauta, que está em fase de votação.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — **Item 1:**

Votação, em turno único, do Subanexo Poder Legislativo — Câmara dos Deputados, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 7, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)
Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)
Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Legislativo — Senado Federal, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 8, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — **Item 3:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Legislativo — Tribunal de Contas da União, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 9, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — **Item 4:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Judiciário, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 10, de 1986-CN, da Comissão

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — **Item 5:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Presidência da República, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 11, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — **Item 6:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Aeronáutica, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 12, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O Sr. Deputado Cunha Bueno — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tem a palavra V. Ex.ª

O SR. DEPUTADO CUNHA BUENO (PDS — SP) Sem revisão do orador.) Acabamos de receber a Ordem do Dia desta sessão conjunta e não vejo, entre os projetos e as mensagens a serem apreciadas, o projeto de lei que preserva as baleias, matéria que tem recebido manifestação favorável muito grande no Estado de São Paulo. Gostaria de saber de V. Ex.ª se esse projeto estará hoje na Ordem do Dia, ou se ficará para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Esse projeto encontra-se no Senado. Ainda hoje, foi objeto de uma reunião dos Srs. Líderes para se verificar possibilidade de sua entrada na pauta antes do encerramento da Sessão Legislativa, o que poderá ser feito, sem dúvida, somente com acordo de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — **Item 7:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Agricultura, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 13, de 1986 — CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — **Item 8:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério das Comunicações, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 14, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — **Item 9:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Educação, tendo
PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 15, de 1986-CN da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 10:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Exército, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 16, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 11:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Fazenda, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 17, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 12:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Indústria e do Comércio, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 18, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o Subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 13:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (Parte Geral, Fundação Projeto Rondon, FUNAI e Territórios), tendo PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 19, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 14:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDENE, SU-

DECO e SUDESUL), tendo PARECER FAVORÁVEL, sob o n.º 20, de 1986—CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 15:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (SUDAM e SUFRAMA), tendo PARECER FAVORÁVEL, sob o n.º 21, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 16:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob o n.º 22, de 1986—CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 17:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Marinha, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 23, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Senhores que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 18:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério das Minas e Energia, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 24, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — item 19:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 25, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) - Item 20:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Saúde, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 26, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 21:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Trabalho, tendo PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 27, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 22:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes (Parte Geral, PORTOBRÁS, Empresa de Navegação da Amazônia S/A, Companhia de Navegação do São Francisco e Serviço de Navegação da Baía do Prata), tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 28, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
 Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.
 Em votação.
 Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)
 Aprovado.
 Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)
 Aprovado.
 A matéria volta à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 23:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério dos Transportes (RFF, DNER, GEIPOT, Companhia Brasileira de Trens Urbanos, Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 29, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
 Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.
 Em votação.
 Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)
 Aprovado.
 Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)
 Aprovado.
 A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 24:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Cultura, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 30, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
 Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.
 Em votação.
 Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)
 Aprovado.
 Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)
 Aprovado.
 A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 25:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 31, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
 Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.
 Em votação.
 Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)
 Aprovado.
 Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)
 Aprovado.
 A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 26:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 32, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)
 Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 27:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 33, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 28:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Encargos Gerais, Encargos Financeiros e Encargos Previdenciários da União, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 34, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 29:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 35, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 30:

Discussão, em turno único, do Anexo Receita e Texto da Lei, tendo **PARECER FAVORÁVEL**, sob n.º 36, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o subanexo, permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa, redação final que vai ser lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER
N.º 69, de 1986-CN

Da Comissão Mista do Orçamento: Redação Final do Projeto de Lei n.º 2, de 1986-CN, que "aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1987/1989".

Relator: Deputado João Alves

A Comissão Mista incumbida de estudar o Projeto de Lei n.º 2, de 1986 (CN), que "aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1987/1989", apresenta, em anexo, a redação final da referida Proposição, esclarecendo que nela introduziu as correções em títulos e em alguns projetos e atividades, em seus descritores ou metas, de forma a propiciar uma melhor adequação aos seus objetivos e a permitir uma maior clareza e transparência à peça orçamentária, todas, entretanto, sem repercussão na classificação funcional-programática.

Sala da Comissão Mista de Orçamento, 26 de novembro de 1986, Saldanha Derzi, Presidente: João Alves, Relator: Jorge Kalume; João Lobo; Lourival Baptista; Hélio Gueiros; Ivan Bonato; Cid Sampaio; Arno Damiani; Gastão Müller, Nivaldo Machado; Américo de Souza; José Urbano; Nilson Gibson; Milton Figueiredo; Ubaldo Barém; Osvaldo Melo; Matheus Schmidt; Pedro Germano; Furtado Leite; Jorge Arbage; Francisco Studart; Evandro Ayres de Moura; José Carlos Fonseca; Vasco Neto; Djalma Bessa; Figueiredo Filho; Simão Sessim; João Hercúlio; José Carlos Fagundes; Josias Leite; Álvaro Gaudêncio; José Jorge; Edson Lobão; Nosser Almeida e Reinhold Stephanes.

(*) — Será publicado em Suplemento "A" à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A redação final lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nos termos do art. 55, § 1.º, in fine, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 7 minutos, neste plenário, destinada à apreciação das Mensagens n.ºs 44, de 1986-CN (8.ª sessão), e 46, 49 e 51, de 1986-CN (5.ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 6 minutos.)

Ata da 153.^a Sessão Conjunta, em 25 de novembro de 1986

4.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47.^a Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli.

ÀS 20 HORAS E 7 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Oda-cir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Helvídio Nunes — João Lobo — César Cals — Afonso Sancho — Moacyr Duarte — Martins Filho — Maurício Leite — José Urbano — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Alaor Coutinho — Luiz Viana — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Mata-Machado — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Arno Damiani — Ivan Bonato — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Geraldo Fleming — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Francisco Sales — PMDB; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Benedicto Monteiro — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil — PMDB; João Marques — PMDB; Lúcia Viveiros — PFL; Manoel Ribeiro — PMDB; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PFL; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapyty Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Cláudio Philomeno — PTB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Assunção de Machado — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Juracy Palhano — PDC; Octacílio Queiroz — PMDB; Paulo Xavier — PFL.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PMB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PSC.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PMDB; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Antônio Osório — PTB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PDT; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PFL; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PMDB; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PFL; João Alves — PFL; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PMDB; Leur Lomanto — PFL; Prisco Viana — PMDB; Raimundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Ruy Bacelar — PMDB; Vasco Neto — PSC.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PFL; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PFL; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — PFL; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Pechanha — PMDB; Celso Pechanha — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PMDB; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho —

PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDT.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PSB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Sílvia Abreu — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Sandoval — PMDB; Airtton Soares — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Estevam Galvão — PFL; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PPB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PDS; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PDS; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PDC; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Ivo Ambrósio — PL; Jonas Pinheiro — PFL; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PTB; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL; Maurício Fruet — PMDB; Nilton Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PSC; Otávio Cesário — PFL; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PFL; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Fernando Viegas — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Nelson Morro — PFL; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PFL; Saturnino Dadam — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Erani Müller — PMDB; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo

Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 46 Srs. Senadores e 272 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Apreciação da Mensagem Presidencial n.º 44, de 1986-CN (n.º 16/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-

to-lei n.º 2.188, de 26 de dezembro de 1984, que institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Médico-Veterinária no Ministério da Agricultura e dá outras providências (incluída em Ordem do Dia, nos termos do § 1.º, *in fine*, do art. 55 da Constituição — 8.ª Sessão),

— dependendo de parecer a ser proferido em plenário.

O Sr. José Mendonça de Moraes — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) Na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Comum, peço a suspensão da sessão por evidente falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Dada a inexistência de **quorum** nos termos do § 2.º do art. 29 do Regimento Comum, a presidência vai encerrar a sessão.

Antes, porém, convoco sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação das Mensagens n.ºs 44, 46, 49 e 51, de 1986-CN.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.*)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

VIA-SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 116,00
Semestral	Cz\$ 58,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

SEÇÃO II (Senado Federal)

VIA-SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF

CEP.: 70.160

Regimentos das Assembleias Constituintes do Brasil

Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal

— Edição: 1986 —

- Antecedentes históricos.
- Regimentos das Assembleias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes.
- Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967.
- Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos.

496 páginas
Preço: Cz\$ 80,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, anexo 1, 22.º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

CONSTITUIÇÕES DO BRASIL

2 volumes
edição 1986

1º volume: (594 páginas) — Textos das Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações.

Texto constitucional vigente consolidado (Constituição do Brasil de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969 e as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nºs 2, de 1972 a 27, de 1985).

2º volume: (254 páginas) — Índice temático comparativo de todas as Constituições brasileiras.

Preço: Cz\$ 150,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal. (Anexo I — 22º andar).

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. (Brasília, DF — CEP 70160).

Atende-se também pelo reembolso postal

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

REÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 0,17